

3º Ano
Serviço
Social

Dissertação

“Eu Não Desisto de Aprender”

O Abandono Escolar nos Jovens

Unidade Curricular: Dissertação



T/S

Cpihts
Centro Português
de Investigação
em História
e Trabalho Social

CPIHTS – Centro Português
de Investigação em História
e Trabalho Social

Orientadora: Doutora Adelaide Malainho

Discente: Ana Margarida Maltez Dias, nº3967

Beja, Junho de 2010



Escola Superior de Educação de Beja

3.º Ano

Serviço Social

DISSERTAÇÃO

“Eu Não Desisto de Aprender”

O Abandono Escolar nos Jovens

Unidade Curricular: Dissertação

Orientadora: Doutora Adelaide Malainho

Discente: Ana Margarida Dias, n.º 3967

Beja, Junho de 2010

Dissertação
Serviço Social 3.ºano (2009/2010)

Índice

Introdução	4
1. Clarificação dos conceitos	12
2. Retrospectiva das Reformas do Ensino em Portugal	16
2.1. A Reforma de Veiga Simão	17
2.2. Após o 25 de Abril de 1974	18
2.3. Actualmente - Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto	19
3. Alguns indicadores: Analfabetismo e Abandono Escolar em Portugal	21
3.1. O Analfabetismo em Portugal	21
3.2. Indicadores de Abandono Escolar em Portugal	23
4. Causas do Abandono Escolar	29
4.1. Alunos em risco de Abandono Escolar	31
4.2. Consequências do Abandono Escolar	32
5. Mudanças ocorridas na Família	34
5.1. Relação famílias – escolas	36
Conclusão	38
Bibliografia	42
Web grafia	43

Introdução

A unidade curricular Dissertação segundo o regulamento em vigor, prende-se com um trabalho de carácter académico e de natureza científica, individual, que comprova a aquisição de capacidades e conhecimentos no âmbito do Serviço Social correspondentes ao grau de licenciatura.

A dissertação de licenciatura consistirá na exploração teórica de um tema à escolha do aluno. Tema este, circunscrito à análise de um problema específico no âmbito do Serviço Social e de preferência relacionado com um dos eixos do enquadramento teórico da Unidade Curricular Estágio II.

Assim sendo, o tema desta dissertação incide nas “razões que conduzem ao abandono escolar por parte dos Jovens”, tendo como questão de partida “Quais as razões que levam os Jovens a Abandonar a Escola”.

Os objectivos desta investigação consistem em entender as razões que poderão estar na base do abandono escolar por parte dos jovens, perceber se existe alguma relação entre o meio sócio-económico dos indivíduos e o abandono escolar precoce, compreender se os sectores de actividade que predominam numa dada Região, irão influenciar a formação dos jovens e, por último, entender de que maneira está organizado o Sistema Educativo Português, tentando perceber se existem lacunas que poderão levar os jovens ao abandono escolar.

Este tema foi escolhido por diversas razões, nomeadamente porque o processo de estágio se desenvolveu no Centro de Formação Profissional de Beja. Este é um contexto educativo, onde se desenvolvem aptidões no domínio da formação profissional e quem integra estas formações são indivíduos que pelas mais diversas razões têm baixos níveis de escolaridade. Logo, encontrando-se em situação de desemprego, ou à procura do primeiro emprego, como pode ser no caso dos mais jovens, existe um encaminhamento por parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional, para que

frequentem cursos e acções de formação, investindo assim na profissionalização destes indivíduos.

Assim, dado este contexto de estágio, e a relação que o Trabalho de Dissertação deve ter com o mesmo, parece pertinente aprofundar quais as razões que conduzem ao abandono escolar por parte dos Jovens. Tal, além de pertinente, parece importante estudar porque, o Ministério da Educação tem como objectivos

“a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades.”¹

Contudo, ainda que estes sejam os objectivos do Ministério da Educação, sabemos de antemão que

“nuestras sociedades son llamadas educógenas porque ellas empujan a los jóvenes a la escuela y al estudio por obligación escolar, la gratuidad de la enseñanza hasta los 18 años y por becas de estudio, eso no evita que más del 50 por ciento de los jóvenes no obtengan nunca el diploma correspondiente a los estudios comenzados. (...) 50 por ciento de los jóvenes abandonan la escuela sin haber terminado sus estudios, sin el ticket de entrada en la vida que constituye hoy el diploma.” (Delcourt: 35)

Ainda pareceu mais pertinente investigar sobre este tema, quando li a História da Instituição em que me inseri, Centro de Formação Profissional de Beja, pois além de me aperceber que a população do Centro é maioritariamente jovem, apercebi-me também que a emergência dos Centros de Formação Profissional se deu no início dos anos 60, altura em que

“Portugal se encontrava em processo de reorganização industrial, e onde o desemprego existente resultava em grande parte dos métodos de fabrico (industrialização). Esta realidade desfavorecia a maioria dos portugueses que, sem habilitações adequadas, se viam confrontados com o desemprego.”²

¹ Ministério da Educação, Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de Março, Artigo 4.º

² <http://www.iefp.pt/iefp/sobre/instituicao/Historia/Paginas/Anos1960.aspx> acedido em (10/02/2010)

Contudo, estudos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social mostram essa tendência actualmente, pois existem poucas mudanças relativamente ao que se verificava no início dos anos 60, sendo referido que

“A população portuguesa apresenta um elevado peso relativo dos níveis de instrução mais baixos, em resultado de défices acumulados de escolarização e de taxas muito baixas de saída antecipada e de saída precoce do sistema escolar.” (Dornelas, 2006: 54)

Ainda assim, sabemos de antemão que, tanto na Constituição da República Portuguesa, como na Carta Universal dos Direitos do Homem, o Direito à Educação está salvaguardado nos Artigos 73ºⁱ e 26ºⁱⁱ respectivamente. Logo, sendo a Educação um direito salvaguardado, torna-se preponderante averiguar porque razão algumas pessoas abandonam a escola e não investem no seu futuro profissional. Segundo Iturra, (1990: 23) “Como igualar? Educando.” Pois é importante este caminho a que a Escola nos leva, conduzindo-nos a uma maior igualdade através da Educação, tida esta como algo fundamental para a construção das pessoas, enquanto ser biopsicossocial que somos.

Existem estudos que nos mostram as taxas de saída escolar precoce ou antecipada, nomeadamente em população entre os 18/24 anos, pois segundo dados da EUROSTAT, conseguimos averiguar que

“a situação de Portugal em termos de taxa de saída escolar antecipada encontra-se bastante fragilizada no contexto da UE25, sendo o segundo Estado-membro com o valor mais elevado e afastado dos restantes.” (Dornelas, 2006: 56)

Desta forma,

“os indicadores posicionam Portugal na cauda da Europa. Em causa está o abandono escolar precoce conjugado com o insucesso escolar. (...) Portugal é o País da EU que apresenta uma maior percentagem de trabalhadores com baixo nível de escolaridade.” (Caetano, 2005: 163)

Como tal, o que se pode afirmar é que de facto “Os jovens elaboram guiões múltiplos de futuro mas, muitas vezes o futuro não se deixa guiar por nenhum deles.” (Pais, 2001: 8) e que,

“As intervenções políticas dirigidas aos jovens procuram também planificar o futuro, mas as realidades imprevisíveis criam condições de incerteza que, muitas vezes, invalidam esses planos.” (Pais, 2001: 8)

Assim, o que parece interessante e importante estudar, é tentar entender o porquê de alguns jovens não conseguirem ou não puderem seguir esses guiões que elaboraram para o futuro.

A pertinência do tema para o Serviço Social é porque toda e qualquer profissão tem um objecto e um objectivo que lhe é próprio, e o mesmo se passa com o Serviço Social; considerando aqui o Serviço Social como uma profissão, defendendo o pensamento de Paulo Netto, quando este refere que “O Serviço Social não é uma Ciência. O Serviço Social é uma profissão.”³

O objecto, é o Ser Humano e, o objectivo prende-se com a salvaguarda dos Direitos Humanos. Como tal, uma vez que o Direito à Educação é defendido por estes, parece de todo pertinente tocá-la como algo bastante importante para o Serviço Social. Ainda mais quando a Declaração Internacional dos Princípios Éticos no Serviço Social, nos diz que

“Os Assistentes Sociais têm como objectivo do seu trabalho o desenvolvimento dos seres humanos, vivenciando os seguintes princípios básicos: (...) 2.1.7. Os Assistentes Sociais respeitam os Direitos Humanos básicos, de indivíduos e grupos, consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e em outras convenções internacionais derivadas daquela Declaração;”⁴

Como sabemos, “As origens do Serviço Social radicam em ideais humanitários e democráticos. A prática do Serviço Social tem estado centrada, desde o seu início, na satisfação de necessidades humanas.” (ONU, 1999: 20 e 21) Logo, entendendo a Educação como uma necessidade inerente à condição humana, é pertinente que o Serviço Social intervenha como forma de colmatar as lacunas existentes nos indivíduos, nomeadamente neste domínio.

Contudo, importa referir que o Serviço Social tem diversos campos ou áreas de actuação, bem como sectores de intervenção (entenda-se aqui que as áreas de actuação são mais abrangentes que os sectores); tocando aqui a área da educação. Pois,

“As áreas de actuação (...) que configuram a política social ou o bem-estar social são as seguintes: saúde; educação; moradia e urbanismo; emprego; seguro de

³ (Paulo Netto, Conferência IPBeja, 14/02/2008)

⁴ A Ética no Serviço Social – Princípios e Valores – APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social.

renda e outras prestações económicas; serviços sociais pessoais.” (Ander-Egg, 1995: 26)

Os sectores “com os quais ou para os quais realizam-se determinadas atividades ou oferecem-se certas prestações ou serviços.” (Ander-Egg, 1995: 25) serão, entre outros, os de

“promoção e bem-estar para a infância e adolescência; (...) serviços para a juventude; prevenção da delinquência juvenil; (...) integração social de marginalizados e/ou grupos com necessidades especiais: ex-detentos, imigrantes, doentes mentais, alcoólatras, drogados, transeuntes, coletivos e, situação de alto risco, etc.” (Ander-Egg, 1995: 26)

Como tal, dentro da área ou campo de actuação do profissional de Serviço Social, são diversos os sectores de intervenção; no que respeita à área da Educação, sabemos que o Assistente Social pode actuar em muitos sectores e intervir de muitas maneiras, de forma a melhor ajudar na resolução da situação-problema que se apresente.

Assim, querendo o Serviço Social salvaguardar os Direitos Humanos, e sendo a Educação um direito que estes querem ver assegurado, o ponto de partida para a investigação, prende-se com o porquê de alguns jovens abandonarem a escola, sem investirem no seu futuro profissional. Tentando assim o Centro de Formação Profissional de Beja, colmatar essas lacunas, intervindo por meio da Formação Profissional.

Como referido anteriormente, é pertinente o profissional de Serviço Social tentar entender, porque é que alguns jovens fraquejam em relação ao seu futuro profissional, abandonando a escola precocemente; sendo que algumas vezes estes se deparam com “O sucesso em *ponto-cruz* com o fracasso.” (Pais, 2001: 9) Ou seja, planeiam algo para o futuro mas, este vai mudando de rumo com o passar dos anos, podendo mesmo terminar em “fracasso”. E é a este “fracasso” que o Assistente Social poderá dar sentido, trabalhando com os indivíduos no sentido de se consciencializarem e tomarem parte no seu processo de mudança. Mas, com a liberdade a que têm direito, ou seja, não impondo regras e condutas mas sim, dar-lhes voz activa, trabalhando **com** os indivíduos e não **para** os indivíduos.

Relativamente à metodologia, esta entende-se como “la parte de una ciencia que estudia los métodos a los cuales ella recurre, y aunque consideramos el trabajo social más como un arte que como una ciencia.” (Robertis, 1992: 66)

A metodologia utilizada para a elaboração da dissertação foi a pesquisa e análise bibliográfica e documental. Importa perceber-se que “Não nos documentamos ao acaso, mas em função de uma investigação.” (Saint-Georges, 1997: 29), apoiando as nossas investigações em documentos e, como tal, é pertinente definir **pesquisa documental**, apresentando-se esta como

“um método de recolha e de verificação de dados: visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação. Abre muitas vezes a via à utilização de outras técnicas de investigação, com as quais mantém regularmente uma relação complementar (...), e, assim, chega, por vezes, a criar material empírico novo.” (Saint-Georges, 1997: 30)

Esta pesquisa utiliza materiais que ainda não receberam qualquer tratamento analítico, sendo estes os de *primeira mão*, por exemplo os documentos oficiais, os filmes, as fotografias, as gravações, etc.; e os documentos de *segunda mão*, que de alguma maneira já foram analisados, por exemplo os relatórios de empresas, as tabelas estatísticas, etc.

Relativamente à utilização de documentos, as fontes de “papel” são extremamente importantes, pois podem-nos fornecer dados importantes na pesquisa social, não sendo apenas “as pessoas vivas que constituem fontes de dados.” (Gil, 1987: 158) As fontes de “papel”, por sua vez, proporcionam muitas vezes ao pesquisador

“dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos.” (Gil, 1987: 158)

Passando de seguida para a definição de **pesquisa bibliográfica**, saliente-se que esta se desenvolve por meio de material já elaborado, “constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (Gil, 1987: 71) Ganha destaque esta pesquisa, quando a sua principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que

aquela que poderia pesquisar diretamente.” (Gil, 1987: 71) Esta pesquisa também é indispensável quando queremos analisar estudos históricos, pois existem muitas situações em que “não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.” (Gil, 1987: 72)

Estas vantagens que a pesquisa bibliográfica nos apresenta, também têm contrapartidas que poderão comprometer a qualidade da pesquisa, pois poderá ocorrer que as fontes secundárias nos apresentem dados equivocados. Assim, cabe ao pesquisador reduzir esta possibilidade, através da análise em profundidade e da descoberta de possíveis incoerências ou contradições, de modo a que cuidadosamente possa assegurar as condições em que os dados foram obtidos.

Importa deste modo, perceber de que maneira se processa a realização de pesquisas bibliográficas; pois apesar das numerosas formas e estilos de trabalho, torna-se possível que se delimitem algumas tarefas que a experiência mostra serem relevantes, ganhando aqui destaque, a *exploração das fontes bibliográficas*, a *leitura do material*, a *elaboração das fichas*, a *ordenação e análise das fichas* e por último, as *conclusões*. Relativamente à exploração das fontes, estas são “livros, revistas científicas, boletins, teses, (...)” (Gil, 1987: 72) Esta exploração conhece um procedimento mais adequado que é “a consulta de bibliotecas especializadas.”. (Gil, 1987: 72) Contudo, também pode recorrer à consulta de especialistas na área ou, por fim, aos “bons livros, artigos científicos e teses (...)” (Gil, 1987: 72)

Seguidamente, em relação à leitura do material, acontece que

“Após a localização das fontes bibliográficas, passa-se à leitura, que não deverá ser exaustiva; antes deverá ter um carácter seletivo que possibilite reter o essencial para o desenvolvimento da pesquisa.” (Gil, 1987: 72)

Reflectindo sobre ambas as pesquisas (documental e bibliográfica), podemos concluir que se assemelham; “A única diferença entre ambas está na natureza das fontes.” (Gil, 1987: 74) Pois sabemos que a bibliográfica utiliza fundamentalmente contribuições de diversos autores sobre um dado assunto e a documental, como referido anteriormente, utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

A dissertação divide-se em três partes, tais como, a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. No que respeita à introdução irei falar no que consiste a dissertação, referindo o tema, as razões de escolha do tema, a pertinência para o Serviço Social, os objectivos, a questão de partida e a metodologia adoptada. Assim como os pontos que irão ser referidos ao longo deste trabalho.

Na parte do desenvolvimento, esta será dividida em cinco sub-temas tais como: - A clarificação dos conceitos, entre eles, o de Jovem, o de Educação e o de Abandono Escolar. - Uma retrospectiva das reformas do ensino em Portugal. - Alguns indicadores de analfabetismo e abandono escolar em Portugal. - As causas do abandono escolar e, por fim, - As mudanças ocorridas na família, nomeadamente as relações famílias - escolas.

Ao longo de todo o trabalho, fazer-se-á uma relação com o Serviço Social, para que se entenda a relação existente entre cada ponto e o trabalho do Assistente Social.

Por último, na conclusão será feita uma retrospectiva de cada ponto que será desenvolvido no corpo do trabalho, em seguida verificar se se correspondeu aos objectivos e, se se respondeu à pergunta de partida.

1. Clarificação dos conceitos

Primeiramente, há que clarificar em relação ao conceito de jovem, e aqui entenda-se jovem como aquele que tem menos de 25/28 anos, pois segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, **Jovem** é “Quem tem pouca idade; que ainda não é adulto. Quem está na juventude.”⁵ Ainda no mesmo sentido, de maneira mais aprofundada, Ezequiel Ander-Egg define Juventude como

“Período de la vida humana que, según algunos autores, media entre la adolescencia y la edad adulta y que, para otros, comprende desde la niñez hasta la madurez, con lo que incluyen la etapa de la adolescencia. Tanto desde un punto de vista fisiológico como psicológico, es un período bastante difícil de delimitar. Por otra parte, no coincide cronológicamente en ambos sexos: comienza antes e termina primero en la mujer que en el hombre; hacia los 25 años acaba en la mujer y alrededor de los 28 en el hombre, edades que, a su vez, varían con el clima, la raza, la herencia, el estado y tipo de nutrición, etc.” (Ander-Egg, 1995: 168)

Em seguida, importa esclarecer que nos primeiros anos do século XX, Durkheim definia **Educação** como uma

“acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não se encontram amadurecidas para a vida social. Ela tem por objectivos suscitar e desenvolver na criança um certo número de condições físicas, intelectuais e morais que dela reclamam, seja a sociedade política, no seu conjunto, seja o meio especial a que ela se destina particularmente.” (Durkheim, 1984: 17)

Ou seja, aqui entende-se que a educação era um processo unilateral de preparação das novas gerações, pelas mais antigas, para o exercício de papéis sociais, mas sendo assim, esta definição excluía dos grupos de aprendizes, as faixas etárias adultas.

Contudo, com o passar dos anos, houve uma complexificação do conceito de educação, e passou-se a entender como

“a transmissão de conhecimento entre gerações através da instrução directa. Embora existam processos educativos em todas as sociedades, a educação de massa só no período moderno adquiriu a forma de escolarização - quer dizer, a de

⁵ <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=jovem> acedido em (12/12/2009)

instrução em ambientes educativos especializados nos quais os indivíduos passam vários anos das suas vidas.” (Giddens, 2007: 690)

Ou seja, deste modo, no mundo contemporâneo a educação “assume-se como um processo que acompanha o ciclo de vida humano configurando um conjunto de vertentes muito diverso” (Carmo, 2001: 244) Em traços gerais, “podem distinguir-se duas vertentes principais do processo educativo, (...) a **educação formal** e a **educação não formal**.” (Carmo, 2001: 244) A primeira, hoje, não se cinge apenas à educação inicial,

“mas abrange a chamada formação contínua, em múltiplas facetas de formação profissional (...) e de formação contínua superior, esta última em contexto académico ou mais direccionada para a investigação e desenvolvimento de unidades produtivas”. (Carmo, 2001: 244 e 245)

Hoje, com o passar dos anos, tomou-se consciência de que “a educação institucionalizada não cobre todas as necessidades educativas” (Carmo, 2001: 245), e assim sendo, é necessária “uma educação que permita às gerações vivas, não só adaptarem-se à mudança acelerada da sociedade contemporânea, mas também aprenderem a geri-la”. (Carmo, 2001: 245)

Há que perceber em que consiste o **Abandono Escolar**, sendo definido por Rosa & Martins, citado por Castro (2008: 19), como “total de indivíduos, com 10-15 anos, que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola”. Ou ainda que, “abandono ou desistência significa que um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado por razões que não sejam a transferência de escola ou... a morte.” (Benavente, 1994: 25 e 26) Este termo restringe-se apenas

“às saídas do sistema de ensino e formação antes do 9.º ano de escolaridade e antes de completar os 15 anos de idade, isto é, a idade mínima legal para sair do sistema de ensino.”⁶ (Castro, 2008: 20)

⁶ O Decreto-Lei n.º 301/93 de 31 de Agosto, no artigo 2.º (Obrigatoriedade de matrícula e de frequência) determina:

1. A frequência do ensino básico é obrigatória para todas as crianças e jovens em idade escolar.
2. Consideram-se em idade escolar as crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos de idade.
3. O ensino básico tem a duração de nove anos e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º ciclo de quatro anos, o 2.º ciclo de dois anos e o 3.º ciclo de três anos.

Contudo, temos ainda outra definição de abandono escolar, dada pelo Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE) que o define como

“a saída da escola e do sistema de formação profissional, ou dos sistemas de educação e de formação, por um jovem com menos de 25 anos, sem conclusão de estudos ou sem obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente.” (Costa, 2008: 22)

A razão pela qual aqui difere a idade, é que este documento – PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar), tem como propósito dar resposta aos anunciados e consensuais 12 anos de escolaridade obrigatória para a educação em Portugal. E, para o sistema regular de ensino de nível secundário, a idade máxima de frequência serão os 21 anos, de acordo com a Proposta da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Importa de igual modo, clarificar em relação ao conceito de abandono escolar precoce, sendo que segundo Azevedo, citado por Castro (2008: 20)

“o que caracteriza esta saída é o facto de ser prévia à conclusão da escolaridade mínima obrigatória, de nove anos de duração, o que corresponde, de facto, a um abandono do percurso antes do seu termo legal”.

Ou seja, há que realçar que

“a saída do sistema escolar sem diploma da escolaridade obrigatória e com a idade legalmente estabelecida não se deve qualificar, “rigorosamente”, de abandono, mas é, no entanto, uma saída desqualificada tanto a nível escolar como profissional. Os jovens abandonam o sistema escolar pelo facto de terem atingido a idade legalmente estabelecida por lei.” (Castro, 2008: 20)

Como tal, Ana Benavente refere que “O *abandono na escolaridade obrigatória*, (...) equaciona-se enquanto problema social e institucional e ganha sentido numa perspectiva histórica.” (Benavente, 1994: 11) E este é visto como

“um dos mais extremos fenómenos de exclusão que constitui a face visível duma situação mais vasta que atinge crianças e jovens em ruptura declarada ou silenciosa com uma escola obrigatória e obrigada que não é direito mas tão só dever.” (Benavente, 1994: 11 e 12)

Assim, sabemos que “as saídas “desqualificadas” do sistema de ensino e de formação inicial constituem outro problema de grande relevância social” (Castro, 2008: 20), pois “há saídas do sistema escolar que, não sendo

propriamente “abandonos escolares”, se apresentam num quadro de inserção socioprofissional igualmente muito precário” (Castro, 2008: 20).

Tabela I - Tipologia das saídas do sistema de ensino e formação

	Tipos de Saída em Termos de Qualificação			
	Desqualificada		Qualificada	
	Escolar	Profissional	Escolar	Profissional
1. Abandono antes do 9.º ano e antes dos 15 anos de idade	X	X		
2. Saída sem diploma da escolaridade obrigatória e com idade legalmente estabelecida	X	X		
3. Saída com curso de Aprendizagem ou Profissional (nível III)			X	X
4. Saída com 9.º ano/ ou ensino secundário incompleto		X	X	
5. Saída com o 12.º ano completo <i>Curso Geral</i>		X	X	
6. Saída com o 12.º ano completo A – Cursos Tecnológicos B – Cursos Profissionais C – Cursos de Aprendizagem (nível III)			X	X
7. Saída com ensino superior incompleto/ sem diploma (só nos casos em que o indivíduo possui o 12.º ano de um Curso Geral)		X	X	
8. Saída com ensino superior/ curso completo			X	X

Fonte: (Castro, 2008: 21)

Por fim, devem-se ver esclarecidos os conceitos de **saída antecipada** e **saída precoce**, sendo que o primeiro é definido por Rosa & Valente, citado por Costa (2008: 24) como o

“número de indivíduos, com 18-24 anos, que não concluíram o terceiro ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola” e o segundo condiz “ao número de indivíduos, com 18-24 anos, que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola”.

2. Retrospectiva das Reformas do Ensino em Portugal

Após clarificados os conceitos, é pertinente fazer uma retrospectiva do Ensino em Portugal, pois como vimos anteriormente, o conceito de Educação nem sempre foi visto da mesma maneira e, com o passar dos anos foram ocorrendo transformações, passando de uma educação que consistia na transmissão de saberes das gerações mais velhas às mais novas, para uma educação que adquiriu a forma de escolarização. Deste modo, importa fazer esta retrospectiva portuguesa, para melhor perceber de que forma ocorreram essas transformações no nosso país.

Existem dois marcos fundamentais na história do Ensino em Portugal; o primeiro **durante o período da I República** - de 1910 a 1926. Pois foi onde teve lugar o grande incremento da reforma do ensino português. Esta reforma tinha como objectivos,

“a descentralização da instrução primária, a extensão desta aos meios rurais, o aumento salarial dos professores e o desenvolvimento geral de todos os sectores da educação. Em resumo, as oportunidades educacionais eram estendidas a camadas cada vez mais vastas da população.” (Stoer, 1982: 26)

Contudo, existe outro período marcante em que, uma vez **finda a I República** em 28 de Maio de 1926, “encerrou-se dramaticamente o período republicano” (Stoer, 1982: 26) e o poder político foi entregue a António de Oliveira Salazar, ministro das Finanças que foi

“mandado chamar para tomar medidas drásticas de acordo com linhas económicas clássicas, de modo a «resolver» a crise económica contínua provocada pelo período republicano.” (Stoer, 1982: 26)

No que respeita à reforma do ensino no período que decorreu entre os finais dos anos 20 e o fim da década de 60, “ao invés de avançar, recuou.” (Stoer, 1982: 26) Mas este período pode-se dividir em duas partes, a *primeira* entre 1930 e 1950, em que se “politizava explicitamente a educação, ligando-a estreitamente ao poder político”. (Stoer, 1982: 26) E a *segunda*, de 1950 a 1973, em que “a educação começou a ter uma certa autonomia devido, (...) à construção de um complexo aparelho repressivo do Estado.” (Stoer, 1982: 26)

Importa ainda referir que a ideologia educacional salazarista

“tinha por base o princípio «Deus, Pátria, Família», (...) na educação deveria haver «uma redução dos programas de modo a permitir-se uma concentração no «fundamental», com saliência para os «conhecimentos aplicados» (quer dizer, para o desenho e para os trabalhos manuais no caso dos rapazes, e para as actividades domésticas no das raparigas), devendo «todos os princípios evocar as ideias de Pátria, família e amor à terra natal».” (Stoer, 1982: 26 e 27)

Assim, a escola salazarista é vista como uma escola que, “mais do que «educar» crianças, tentou «modelá-las»”, (Stoer, 1982: 27) pois o Estado Novo “quis essencialmente destruir as ideias e as práticas iniciadas no tempo da I República e desafiar as noções de mobilidade social em nome da ordem e da hierarquia estabelecida, tentando, assim, minorizar a ênfase que a República colocara em valores como a igualdade e a liberdade.” (Stoer, 1982: 27)

2.1. A Reforma de Veiga Simão

Após cinquenta anos de estagnação, no que respeita ao ensino, em 1971 surgiu em Portugal “uma importante e decisiva reforma educacional, conhecida como a reforma de Veiga Simão.” (Stoer, 1982: 28) Esta reforma foi “o indicador concreto do colapso da ideologia educacional dominante da era de Salazar.” (Stoer, 1982: 28) A reforma de Veiga Simão pretendia

“uma maior igualdade de oportunidades na educação, em termos de acesso, quantidade de educação, regionalização e sexo. (...) ocupou-se de uma nova via para o desenvolvimento, de um projecto de modernização. (...) exprimiu mais do que apenas uma exigência de acesso ao ensino, já que ela implicou também mudanças básicas na orientação da economia.” (Stoer, 1982: 29)

Existiam na altura, objectivos do planeamento educacional do modelo do capital humano, com os quais as reformas propostas por Veiga Simão estavam em estreita consonância. Alguns dos objectivos desse planeamento educacional eram:

“«o papel da educação é contribuir para o desenvolvimento económico, pelo preenchimento das necessidades humanas do mercado de trabalho»; por conseguinte, planear a educação é «elevar ao máximo a sua contribuição para o crescimento económico, possibilitando o fornecimento adequado de indivíduos em busca de emprego».” (Stoer, 1982: 30)

Assim, os pressupostos em que assentam estes objectivos são dois: “1) que a educação é um motor do desenvolvimento e 2) que o futuro desenvolvimento do ensino é previsível e manipulável.” (Stoer, 1982: 30)

Mais concretamente, as reformas de Veiga Simão eram

“o aumento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos: um período pós-compulsório de mais 4 anos de educação (...) reformas do ensino superior; reforma respeitante à formação de professores através da criação de escolas superiores de formação e de departamentos universitários de ciências da educação. O princípio predominante era o da «igualdade de oportunidades na educação».” (Stoer, 1982: 30 e 31)

«O programa da reforma em projecto expressa uma filosofia que tenta abranger o duplo princípio de que a educação do indivíduo constitui o objectivo principal de qualquer sistema educativo e que todos, na base de oportunidades iguais, deverão poder encontrar nesse sistema a via que garanta o seu direito inalienável a ser educado. Daqui se poderá concluir que o sistema educativo não deve estar directamente subordinado aos imperativos do desenvolvimento económico»⁷.

2.2. Após o 25 de Abril de 1974

Sabe-se que a reforma pré-revolucionária de Veiga Simão no campo da Educação foi ultrapassada com a revolução de 25 de Abril de 1974. Pois com a posse do I Governo Constitucional, foi-se consolidando a democratização do ensino em Portugal,

“criando, (...) formas de escolaridade democrática que tiveram como efeito estender e aprofundar as noções de democracia contidas na Reforma de Veiga Simão, iniciando (...) campanhas de educação das massas em nome da igualdade de oportunidades educativas.” (Stoer, 1982: 42)

Procedeu-se, com o I Governo Constitucional, a uma reorganização e a uma regionalização (esta não se chegou a efectuar, pois nenhum progresso foi efectivado para uma descentralização) do Ministério da Educação, pelo novo

⁷ Palavras tiradas do programa da «Reforma Geral da Educação em Portugal», apresentada ao País, via rádio, por Veiga Simão, em 6 de Janeiro de 1971.

Ministro da Educação, Sottomayor Cardia (membro do Partido Socialista português). Contudo, as medidas tomadas por Cardia

“foram vistas simplesmente como «pré-revolucionárias», concebidas para fazer regressar a educação à noção de uma escola isolada da vida, ao autoritarismo, a formas de hierarquização, à recriação de um aparelho reprodutivo de dogmatismo, etc.”. (Stoer, 1982: 41)

2.3. Actualmente - Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto

Ainda assim, apesar de todos os avanços e recuos que se foram sentindo no domínio da educação, hoje a **Lei de Bases do Sistema Educativo**, que existe desde 1986 e, foi sofrendo alterações, dando lugar à actual que data de 2005. Esta, nos seus Princípios gerais, no ponto 1 refere-nos que “Todos os portugueses têm direito à educação”⁸, sem excepção de pessoas, pois vivemos actualmente num Estado Republicano, designado de democrático e, como tal, o ponto 2 diz-nos que é da “responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.”⁹

Tem-se verificado que o sistema educativo tem tentado, ao longo dos tempos, responder às necessidades resultantes da realidade social, tentando assim contribuir “para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.”¹⁰

É também conhecido que com o passar dos anos e com as mudanças ocorridas na sociedade, também os anos da escolaridade obrigatória se foram alterando, sendo que até 31 de Dezembro de 1966 a escolaridade obrigatória era de 4 anos, passando, desde 1 de Janeiro de 1967 a 31 de Dezembro de 1980 para 6 anos. Após estes 6 anos obrigatórios, seguiu-se um alargamento, desde 1 de Janeiro de 1981, passando a escolaridade obrigatória para 9 anos. Contudo, o Governo apresenta “uma proposta que passa a escolaridade

⁸ Lei de Bases do Sistema Educativo – Versão nova Consolidada – 30/08/2005 – FENPROF (Federação Nacional dos Professores)

⁹ Iden

¹⁰ Iden

obrigatória dos actuais 9 para 12 anos, o que, (...) significará "para todos os jovens até aos 18 anos a obrigação de frequência de escola ou de um centro de formação profissional".¹¹

No Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, existem também actualmente algumas medidas de prevenção do Abandono Escolar, designadamente o **PNAPAE** (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) que é apresentado como um

“esforço colectivo para prevenir o abandono escolar, (...) prevenir a saída da Escola e do sistema de Formação Profissional ou dos sistemas de educação e de formação, por um jovem com menos de 25 anos, (...) sem conclusão de estudos ou sem obtenção de qualificação de nível secundário ou equivalente.”¹²

Assim, com esta evolução, podemos verificar que actualmente as preocupações do Ministério da Educação se prendem com a igualdade de direitos no que respeita ao acesso e sucesso escolares. Medidas de extrema importância, como o PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) são de louvar, pois trabalham no sentido de incidir sobre um dado problema social, neste caso sobre o Abandono Escolar.

É aqui que compete ao Assistente Social intervir, pois já foi referido que o Direito à Educação está salvaguardado tanto na Carta Universal dos Direitos Humanos como na Constituição da República Portuguesa, contudo, ainda assim existem jovens que abandonam a escola e, tal é preocupante uma vez que, vivemos em sociedades cada vez mais exigentes no que concerne ao avanço da ciência e da tecnologia e, como tal, é importante que se colmatem os níveis elevados de abandono escolar precoce.

Pois o Assistente Social, como sabemos intervém em diversas áreas, dentre elas, a área da educação e, como tal, deverá trabalhar com os jovens proporcionando-lhes bem-estar a todos os níveis, nomeadamente ao nível da educação e, assim sendo, trabalhar este bem-estar pensando num futuro próximo, implica trabalhar o combate ao abandono escolar, pois deixar de se investir na qualificação profissional poderá acarretar problemas graves no futuro dos jovens.

¹¹ http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1208961 acedido em (17/05/2010)

¹² Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, Ministério da Educação/ Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho - Março de 2004

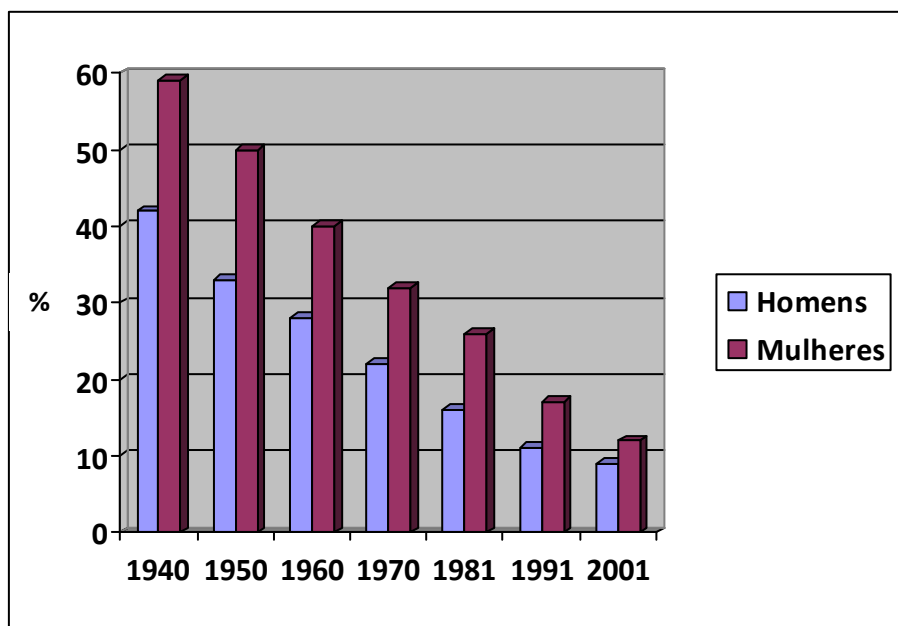
3. Alguns indicadores: Analfabetismo e Abandono Escolar em Portugal

3.1. O Analfabetismo em Portugal

Aquando da implementação da I República, Portugal tinha cerca de $\frac{3}{4}$ da sua população sem saber ler nem escrever, “valor superior ao dos restantes países do Sul da Europa e muito distante da realidade do Norte da Europa, onde esse problema estava já controlado no início do século XX.”¹³. Assim, em meados do século XX, Portugal encontrava-se numa situação mais desfavorável do que a dos países do norte europeu em meados do século XIX.

Contudo, foram-se sentido grandes alterações com o passar dos anos, como podemos verificar no Gráfico I apresentado.

Gráfico I - Taxa de Analfabetismo



Fonte: 50 Anos de Estatísticas da Educação - Volume I - INE (Instituto Nacional de Estatística), (2009: 17)

¹³ 50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I – INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009

Constatamos então que em 1960, “tendo por base o Censo da população, existiam em Portugal 40% de analfabetos, com uma taxa superior nas mulheres (situação que acompanha todo o período em análise).”¹⁴

Actualmente os valores são outros, pois a eliminação do analfabetismo “reside no aumento da escolarização das crianças e em políticas activas de alfabetização de outras camadas da população, a par da renovação de gerações”¹⁵.

Aqui, podemos referir as novas políticas governamentais de combate ao baixo grau habilitacional da população portuguesa, que pretendem que o nível secundário seja tido como o patamar mínimo da qualificação, o que terá conduzido ao início da iniciativa das Novas Oportunidades.

Os **Centros de Novas Oportunidades (CNO)** visam instituir novas formas de aprendizagem, qualificação e certificação de adultos; o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP aderiu a esta iniciativa, integrando nos seus Centros de Formação Profissional uma nova dinâmica de actuação.

A iniciativa Novas Oportunidades, “procura dar resposta aos baixos índices de escolarização dos portugueses através da aposta na qualificação da população”¹⁶, pois segundo as declarações do actual Primeiro-Ministro¹⁷, para um pleno desenvolvimento do país é necessário apostar na qualificação da população portuguesa.

Com a introdução do Centro das Novas Oportunidades, que se encontra inserido nos Centros de Formação Profissional, justificou-se ser necessário haver uma estrutura diversificada de ofertas de cursos de educação e formação, para que haja uma maior adesão por parte das pessoas em percurso qualificante. Este esforço será financiado através de reorientação de despesa nos Ministérios da Educação e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, bem como de verbas dos Fundos Estruturais.

A partir das Políticas de Emprego e Formação, a iniciativa das novas oportunidades tornou-se um pilar fundamental, que assenta numa base que tem como objectivo a qualificação profissional dos Jovens e dos Adultos.

¹⁴ 50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I – INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009

¹⁵ Iden

¹⁶ <http://www.min-edu.pt/np3/154.html> consultado em (01/02/2010)

¹⁷ <http://www.novasoportunidades.gov.pt> consultado em (01/02/2010)

Um dos pontos fundamentais é fazer do ensino profissionalizante de nível secundário, uma verdadeira e real opção, para que os jovens possam ter novas oportunidades no mercado de trabalho. Garantindo assim um maior aproveitamento escolar, diminuindo o número de jovens que não terminou o ensino secundário. Outro ponto é elevar os níveis de qualificação base dos activos. Aqueles que têm um baixo nível de escolaridade é lhes dada uma nova oportunidade para que possam recuperar, complementar e progredir nos seus estudos. Envolver adultos em percursos qualificantes, permite reconhecer competências adquiridas pela experiência e ao mesmo tempo propor itinerários formativos adequados ao ponto de partida de cada um. É direccionado para as pessoas com mais de 18 anos que ainda não tenham concluído o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário.

O grande objectivo do Governo é ter o 12ºano de escolaridade como o patamar mínimo de escolarização, tendo em simultâneo uma certificação escolar e uma certificação profissional.

Uma das grandes prioridades é a formação de base dos activos, sendo propostos "... qualificar 1.000.000 activos até 2010".¹⁸ Referindo também que esta é "... a melhor resposta para os inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar".

3.2. Indicadores de Abandono Escolar em Portugal

Segundo o PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar), existe uma relação entre retenção escolar e abandono escolar, parecendo a retenção preceder o abandono escolar; constituindo pontos críticos da retenção escolar os anos de escolaridade: 2.º, 4.º, 7.º, 10.º e 12.º e que os dois anos com taxas mais elevadas de retenção são os do Ensino Secundário.

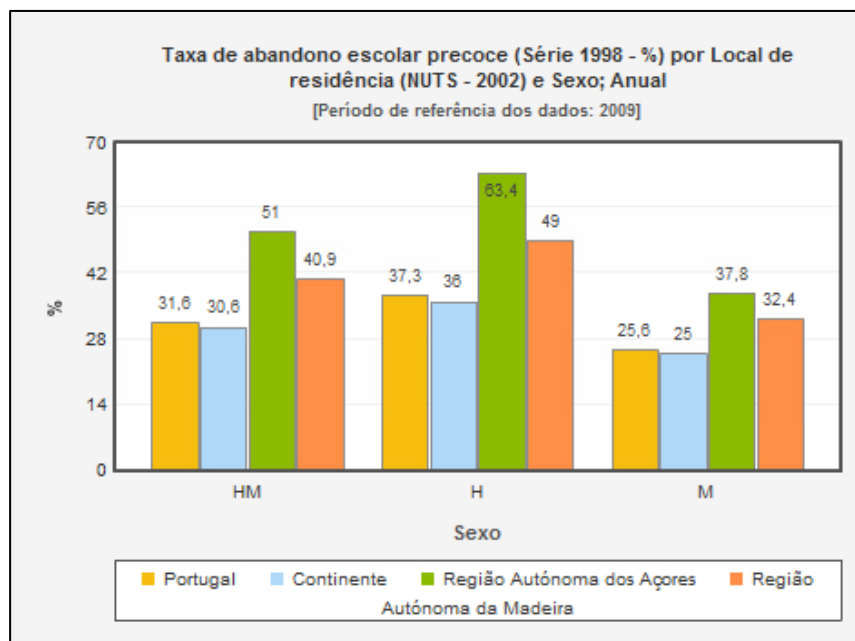
As taxas de abandono escolar são insignificantes no 1.º ciclo, revelando-se crescentes nos ciclos seguintes. Sendo que o fenómeno se acentua a partir dos 13 anos. Nos últimos dez anos, por referência a 1991, houve uma diminuição considerável das taxas de abandono escolar (de 12,5% para 2,7%, em 2001).

¹⁸ Campanha de divulgação da Iniciativa Novas Oportunidades, apresentada pelo Primeiro-Ministro em 7 de Março de 2007.

O abandono escolar, a saída da escola antes de concluído o actual Ensino Básico, tem mais a ver com a idade do que com o ano de escolaridade que se frequenta e, é geralmente precedido de histórias de insucesso repetido e caracteriza-se pela forte atractividade exercida por uma actividade profissional ainda acessível aos jovens desqualificados.

De acordo com o *Education at a Glance* – 2003 (OCDE; 2003), a percentagem da população portuguesa que concluiu pelo menos o Ensino Secundário ou equivalente é a mais baixa da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (20% Portugal; 64% OCDE; dados de 2001). Podemos verificar os valores da taxa de abandono escolar precoce em Portugal, por local de residência e sexo, no período de 2009, no gráfico abaixo apresentado:

Gráfico II - Taxa de abandono escolar precoce



Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística)

De acordo com a Situação Social na União Europeia (Comissão Europeia; 2003), em Portugal existe uma percentagem elevada de jovens de 18-24 anos fora do ensino e com emprego, o que conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um emprego não qualificado.

O desemprego registado em Portugal no mês de Dezembro de 2003, de acordo com os dados do IEFP, IP (2004), elucidava sobre uma distribuição de

cerca de 75% de desempregados como possuindo habilitações académicas não superiores ao Ensino Básico.

Assim, o PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) aponta algumas recomendações e propostas para combater esta problemática, centrando-se em quatro pontos:

1. Integrar na Escola; Apoiar o Desenvolvimento e Promover o Sucesso
2. Atribuir um Sentido de Utilidade e de Vocação à Escola
3. Valorizar Socialmente a Escola e a escolaridade de doze anos
4. Apoiar uma política de articulação inter-ministerial alargada e de envolvimento da sociedade para a prevenção do abandono escolar, acentuando as vertentes social e da juventude.

É sabido que todos os países desenvolvidos se preocupam com o nível de instrução e, em particular, com os fenómenos de exclusão extrema tais como o abandono escolar. No caso concreto português, a situação apresenta-se ainda mais grave, “pois o abandono ocorre em todos os anos da escolaridade obrigatória e, em particular no 2.º ciclo e no 3.º ciclo.” (Benavente, 1994: 35) Ora assim sendo, os seis anos de escolaridade que foram decretados em 1964 é preocupante que não estejam ainda plenamente assegurados e que “aí se produzam iletrados”. (Benavente, 1994: 35)

Para que tal aconteça, alguma lacuna terá que existir no sistema de ensino português, pois sabemos que a Lei de Bases do Sistema Educativo decreta a “democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.”¹⁹; que existe o PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) que tem como objectivos e linhas de actuação, o combate ao abandono escolar, mas ainda assim colocamo-nos na cauda dos países da OCDE com maior saída precoce do sistema de ensino, sendo que no ano anterior, 2009, Portugal apresentou uma taxa de abandono escolar precoce de 31,6%.

¹⁹ Lei de Bases do Sistema Educativo – Versão nova Consolidada – 30/08/2005 – FENPROF (Federação Nacional dos Professores)

Poder-se-á falar de um marco importante da História que foi, a **Revolução Francesa**; na altura, a situação social francesa era tão grave e o nível de insatisfação popular tão grande que o povo foi às ruas com o objectivo de tomar o poder e arrancar do governo a monarquia comandada pelo rei Luís XVI. O primeiro alvo dos revolucionários foi a Bastilha. A queda da Bastilha em 14/07/1789 marca o início do processo revolucionário, pois a prisão política era o símbolo da monarquia francesa.

O lema dos revolucionários era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, pois ele resumia muito bem os desejos do terceiro estado francês. Durante o processo revolucionário, grande parte da nobreza deixou a França, porém a família real foi capturada enquanto tentava fugir do país. Presos, os integrantes da monarquia, entre eles o rei Luís XVI e sua esposa Maria Antonieta foram guilhotinados em 1793. O clero também não saiu impune, pois os bens da Igreja foram confiscados durante a revolução.

No mês de Agosto de 1789, a Assembleia Constituinte cancelou todos os direitos feudais que existiam e promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este importante documento trazia significativos avanços sociais, garantindo direitos iguais aos cidadãos, além de maior participação política para o povo.

A Revolução Francesa foi um importante marco na História Moderna da nossa civilização. Significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza. O povo ganhou mais autonomia e seus direitos sociais passaram a ser respeitados. A vida dos trabalhadores urbanos e rurais melhorou significativamente. Por outro lado, a burguesia conduziu o processo de forma a garantir o seu domínio social. As bases de uma sociedade burguesa e capitalista foram estabelecidas durante a revolução.²⁰

Contudo, ainda assim, sabemos que tal Revolução, segundo Paulo Netto “marcou uma fractura no pensamento social, dois campos se delinearam a partir daí; um primeiro campo que passou a considerar a Questão Social insolúvel nos marcos da ordem capitalista, trocando em miúdos, há capitalismo, há Questão Social; há desenvolvimento capitalista, há complexificação da Questão Social. É a postura dos socialistas, dos anarquistas e dos comunistas, não há solução para a Questão Social na ordem capitalista o que significa simplesmente que solucioná-la

²⁰ <http://www.suapesquisa.com/francesa> acessado em 14/06/2010

implica ultrapassar, ir além do ordenamento capitalista da sociedade. Esse campo teórico expressou-se também no campo de muita acção política, de forças políticas. O outro campo, partia da hipótese de que era possível enfrentar e solucionar a Questão Social nos marcos da sociedade burguesa, e é precisamente este campo que vai continuar a utilizar a expressão Questão Social para designar as resultantes, as derivações e as expressões da pobreza dos trabalhadores. Essa distinção vai-se consolidar sobretudo na última década do séc. XIX, porque a instituição supranacional que mais resistia a esse confronto, que era a Igreja Católica, reconhece a existência da Questão Social no seu processo de adorno que se configura sobre o papado de Leão XIII. Não é casual que em 1891, Leão XIII edita a famosíssima encíclica *de Rerum Novarum*, sobre as coisas novas, quando a Igreja Católica reconhece a existência de uma Questão Social e demarca a sua actuação, de uma parte fazendo uma condenação adjectiva do liberalismo e, de outra parte fazendo uma condenação substantiva dos socialistas, anarquistas e comunistas. A partir de então, a expressão Questão Social foi como que canonizada na nossa cultura, aceite por todos os seguimentos conservadores, profissionais ou não. É precisamente no âmbito desta segunda constituição de Questão Social, o Serviço Social vai surgir como profissão.”²¹

Ou seja, sabe-se que a sociedade capitalista gera profundas desigualdades e, como tal, deve-se atender às especificidades de cada aluno; será aí que se prende a lacuna existente no sistema de ensino português. Pois como sabemos, a Lei de Bases do Sistema Educativo contempla a igualdade, existem medidas do Governo para combater o abandono escolar mas ainda assim, ele existe e, como tal, poderemos contestar que as medidas sejam demasiadamente padronizadas, fruto desta sociedade desigual que proclama a igualdade mas, apenas em teoria e não na prática. Como defende Paulo Netto, há desenvolvimento Capitalista, há complexificação da Questão Social e, como tal, há necessidade de intervenção dos Assistentes Social, que necessitam, trabalhar este problema social, juntamente com cada caso específico, tentando atenuá-lo.

Pode-se fazer referência às perspectivas anti-discriminatórias/opressivas que “são críticas da prática e de organização do trabalho social pela sua incapacidade de incorporar grandes mudanças sociais de forma que grupos minoritários e oprimidos alcancem a igualdade e a justiça social.” (Payne, 2002:

²¹ (Paulo Netto, Conferência IPBeja, 14/02/2008)

348) Pois, “A sociedade deve ser mudada para que todos os grupos possam coexistir numa base de igualdade.” (Payne, 2002: 345) Ou seja, este é o real objectivo do Assistente Social, tentar combater a exclusão e a desigualdade que é fruto das sociedades capitalistas que

“influenciam os grupos que nela se encontram de forma diferente. (...) as divisões étnicas e de género são cada vez mais reconhecidas como a base da dominação económica e social de grupos específicos por grupos económica e socialmente dominantes na sociedade. O poder é exercido por elites que organizam a sociedade de forma a evitar o reconhecimento da opressão das minorias.” (Payne, 2002: 343)

No que concerne às leis da educação, passa-se igual, ou seja, as leis emanam de cima e são iguais para todos, não atendendo às especificidades de cada caso. Aqui Faleiros (1985: 18) define os reais objectivos do profissional de Serviço Social como “a melhoria das condições de vida, promoção humana, administração de recursos humanos, planeamento, bem-estar social, sem distinguir a proposta profissional da proposta institucional.” Como tal, o que o profissional de Serviço Social deve ter em conta são estes objectivos, nunca confundindo estes com os institucionais, pois “ (...) a burocratização leva a um estreitamento do espaço profissional.” (Weisshaupt, 1988: 119)

4. Causas do Abandono Escolar

O fenómeno do abandono escolar, qualquer que seja a sociedade em que ocorre, as suas causas são múltiplas, internas e externas à instituição escolar. E, é ponto assente entre os especialistas que “não vale a pena querer manter os jovens cada vez mais tempo na escola se nela não ocorrem transformações que a tornem estimulante para quem nela vive.” (Benavente, 1994: 27)

São múltiplas as causas que conduzem ao abandono escolar e, segundo os países, as regiões, o grau de ensino, os contextos económicos, sociais e familiares, os estudos são unânimes.

“Mas uma dessas causas é muito frequente: os alunos que abandonam têm problemas com a escola e foram já por ela abandonados, em muitos casos. Só ocasionalmente se encontra um bom aluno, entusiasmado, com projectos escolares, que renuncia à escola.” (Benavente, 1994: 27)

As mais frequentes situações de abandono escolar estão associadas a fracassos e repetências. Contudo, Benavente (1994: 28) citando (L. W. Barber, M. C. McClellan, 1987) refere-nos que existe uma lista de causas de abandono, estando divididas da seguinte maneira:

Integração/relacionais

Falta de interesse do aluno em ir à escola e frequentar as aulas; **aborrecimento**, ou seja, acha que ir à escola é pouco agradável e que existem coisas bem mais interessantes para fazer; **idade** (sentir-se muito velho em relação aos colegas) e isso poderá conduzir ao desinteresse em ir às aulas, pois os colegas não são da sua idade; **problemas** com os **professores**; problemas com os **colegas** sendo que poderão surgir conflitos que mais tarde os podem conduzir à desmotivação; **inadaptação à escola** pois pode não se sentir integrado e assim, perder a vontade de ir; **interesse por outras actividades**, ou seja, gosta mais de outras coisas do que propriamente ir à escola; e **maus resultados** que muitas vezes é a causa principal do abandono, pois leva ao desinteresse, sentindo-se incapaz.

Famíliares

Responsabilidades e problemas familiares, ou seja, por exemplo algum aluno(a) que terá que ajudar nas tarefas domésticas, alguma aluna que foi mãe e necessita cuidar do(a) filho(a); **nível de instrução considerado suficiente para a actividade profissional**, pois o aluno arranja um emprego, começa a ganhar dinheiro e, desde logo começa o desinteresse pela escola e pelas aulas, pois ilude-se e pensa que a escolaridade que tem lhe chega para a vida laboral; **problemas financeiros**, sendo que tem que trabalhar para se sustentar e, não consegue conciliar as duas coisas - trabalhar e estudar; e **necessidade de começar a trabalhar**, esta causa poderá ser como a anterior, necessidade de começar a trabalhar para ganhar dinheiro, para se sustentar.

Acessibilidade

Problemas de transporte, ou seja, o aluno(a) vive longe e tem que percorrer muitos quilómetros até chegar à escola; normalmente de autocarro. Como sabemos, as escolas primárias existem muitas, mas os Ciclos e as Secundárias existem em menor número e, como tal, principalmente os alunos do interior por vezes vivem muito longe das escolas e assim, pode mais facilmente surgir o fenómeno do abandono escolar.

Existem ainda razões de ordem física (saúde) e social (gravidez, casamento) e outras causas simultâneas. Estas diversas razões desenham um quadro interpretativo que pode levar a inúmeras traduções:

- Por exemplo, diversas configurações “em torno de características das famílias, dos projectos escolares, do rendimento, do absentismo, das necessidades pedagógicas e de diversos sentimentos dos jovens” (Benavente, 1994: 28).

- Assim como inúmeros factores exógenos como por exemplo, o contexto económico, a classe social, as formas de cultura, entre outros; e factores

endógenos como o número de alunos por turma e as expectativas do professor. (Benavente, 1994: 28)

Quem investiga e aborda este tema privilegia

“uns ou outros factores, causas ou razões, situam-nos mais ou menos em contextos sócio-históricos, mas os estudos são distintos segundo interrogam também as responsabilidades da escola na produção do abandono e apontam necessárias transformações ou ignoram o seu papel, centrando-se quer nos jovens e nas suas características, quer na família e na comunidade.” (Benavente, 1994: 29)

Assim, o abandono pode ser entendido

“numa perspectiva de «*handicap sócio-cultural*» - falta de condições e de confiança na escola, desinteresse pelo prosseguimento de estudos, necessidade de ajudar ao sustento da família, não existência de sanções para o não cumprimento da escolaridade (J. J. Antunes, 1989) ou numa perspectiva *sócio-institucional* em que a própria escola é interrogada, pois não vale a pena abrir a escola a todos e excluir de facto uma grande parte dos que a frequentam (P. Woodring, 1989).” (Benavente, 1994: 29)

4.1. Alunos em risco de Abandono Escolar

Devemos ter em atenção, qual o perfil dos alunos que vivem processos que poderão conduzir ao abandono. Segundo Benavente, (1994: 29) as periferias urbanas e as zonas rurais são as mais atingidas pelo abandono escolar. Filhos de trabalhadores agrícolas, de operários, de artesãos, filhos de emigrantes e pertencentes a minorias étnicas são os que mais frequentemente abandonam a escolaridade obrigatória.

Relativamente ao perfil do aluno em risco, este normalmente revela “um atraso escolar importante, ausência de ambições escolares, ausência de interesse pela escola, pelas matérias e pelas aulas e ambições quanto ao mundo do trabalho.” (Benavente, 1994: 29) Este é também, regra geral,

“mais velho que os colegas do mesmo grau de ensino, não parece ser apoiado pela família, vive num meio familiar intelectualmente desfavorecido e tem, claro, um rendimento escolar insuficiente.” (Benavente, 1994: 29)

Existem ainda outros indicadores que permitem identificar os potenciais casos de abandono, Benavente (1994: 29) citando (P. Dupont, M. Ossandon,

1987): “a falta de apoio dos professores, a falta de encorajamento, a falta de confiança dos alunos em relação aos docentes, a ausência de empatia e de real interesse recíproco.”

Ou seja, o aluno em risco “não se sente bem na pele de estudante, sente-se muitas vezes solitário e isolado; os seus professores não dão aulas interessantes nem lhes dão gosto por aprender e a avaliação é mal vivida.”

(Benavente, 1994: 30) Resumindo,

“zonas desfavorecidas, famílias com pouco diálogo, fracas ambições escolares e fracos resultados, atracção pelo mercado de trabalho, professores pouco motivantes e ausência de empatia caracterizam as situações de potencial abandono escolar.” (Benavente, 1994: 30)

Tais situações ocorrem, “no quadro de assimetrias e desigualdades sociais e de uma instituição escolar cujos conteúdos e práticas não se adequam à diversidade de quem hoje a frequenta.” (Benavente, 1994: 30)

4.2. Consequências do Abandono Escolar

«As elevadas taxas de abandono prejudicam a produtividade da nação e representam um trágico desperdício de vidas jovens» Benavente (1994: 30), citando (A. Halm, 1987)

Na Europa, considera-se que

“todo o atraso em que um país incorra no desenvolvimento dos conhecimentos dos jovens, futuros agentes de produção, coloca esse país numa situação muito delicada relativamente aos seus vizinhos e concorrentes” Benavente (1994: 30), citando (R. Rivière, 1991).

Tratando-se assim de um problema económico, social e humano. Existem estudos e reflexões sobre as desigualdades sociais e o papel da educação na sua reprodução ou superação que sublinham “as consequências económicas, culturais, cívicas e pessoais dos fracos níveis de escolaridade e de saber de muitos cidadãos.” (Benavente, 1994: 30)

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) “chama a atenção para o desemprego que ameaça os trabalhadores com menor grau de instrução; (...) sublinha o facto que os adultos que mais dificuldades têm em se reciclar e em adquirir novas formações são os que possuem baixos níveis

de instrução inicial e que não têm confiança nas suas capacidades para aprender.”
(Benavente, 1994: 30 e 31)

R. Flecha, citado por Benavente, (1994: 31) refere que existem milhões de cidadãos a quem

“o fraco grau de instrução dificulta a vida profissional, pondo também em causa a qualidade de ocupação dos seus tempos livres e o acesso à informação e ao conhecimento adequados sobre a realidade social, de modo a elaborarem os seus próprios projectos.”.

Nas zonas urbanas, a falta de instrução alimenta a pobreza e a marginalidade e, nas zonas rurais,

“a escola cria rupturas com a vida local, ora funciona como fuga que empobrece o colectivo e promove a pessoa num contexto urbano, ora produz insegurança cultural e inferioridade sem criar capacidades de desenvolvimento pessoal e de intervenção social.” (Benavente, 1994: 31)

Assim, os jovens que abandonam prematuramente a escola,

“vivem um fenómeno de «desclassificação» social; não são alunos nem trabalhadores, não são crianças nem são adultos; as instituições não se responsabilizam pela sua formação mas eles ainda não podem responsabilizar-se pela sua própria vida.” (Benavente, 1994: 33)

Como tal, viver a escola como uma *prisão* ou um *campo de batalha*, tem seguramente consequências na formação pessoal e social de cada um.

5. Mudanças ocorridas na Família

Importa referir as principais mudanças ocorridas na Família e, como tal, deve-se começar por enquadrar historicamente, destacando que

“a industrialização teve início na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Graças ao aperfeiçoamento da máquina a vapor, pelo escocês James Watt, tornou-se possível a mecanização da produção, substituindo a mão-de-obra pelo maquinismo. Esta transformação veio provocar uma autêntica revolução no quotidiano das populações. O fenómeno da industrialização pressupôs uma intensa acumulação de capitais, a libertação de mão-de-obra do sector primário e um aumento significativo da população e teve repercussões, não apenas a nível económico, mas também a nível político, social e cultural, verificando-se o surgimento de uma nova mentalidade industrial, assistindo-se ao aparecimento de novas classes e antagonismos sociais e passando-se, progressivamente, de uma sociedade tradicional e rural para uma sociedade industrial e urbana.”²²

Esta, é também entendida como

“um fenómeno histórico-social complexo, que inclui tanto o sistema de fábrica e o trabalho assalariado como processo de urbanização, inovações tecnológicas no domínio da produção a criação de novos grupos, ou classes sociais, fenómenos demográficos de amplas dimensões, como é o caso das migrações do campo para a cidade, da explosão demográfica, etc., com os seus efeitos sobre a estrutura da população, ou ainda novas formas de divisão do trabalho, e portanto, também novas formas de relações entre os sexos e as gerações.” (Saraceno, 1997: 33)

Assim, sabemos que com a industrialização ocorreram profundas mudanças no seio familiar, pois no período posterior à industrialização, os estratos rurais

“abandonam os campos para irem morar nas cidades (...) Aqueles que permanecem na província muito tempo mantêm os seus modos de produção e de organização familiar, embora aderindo por vezes a formas de economia mista, com alguns membros que ingressam em fábricas.” (Saraceno, 1997: 33)

O êxodo rural, ou seja, quando as famílias em grande número abandonam os campos e vão morar para os grandes aglomerados populacionais, em especial as grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, traz consigo novas modelos familiares, pois passamos da chamada família extensa para a

²² [http://www.infopedia.pt/\\$industrializacao](http://www.infopedia.pt/$industrializacao) acedido em (28/04/2010)

família nuclear. A primeira é entendida “Quando outro parente, além do casal e dos filhos, vive na mesma casa ou está em contacto próximo e contínuo com eles” (Giddens, 2007: 157), esta pode também ser definida como

“um grupo de três ou mais gerações que vivem na mesma habitação ou muito próximas umas das outras. Podem incluir avós, irmãos e as suas mulheres, irmãs e os seus maridos, tias, tios, sobrinhas, sobrinhos.” (Giddens, 2007: 157)

Por família nuclear, o mesmo autor define como, “dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com os seus filhos biológicos ou adoptados.” (Giddens, 2007: 157) Sabemos porém que esta última definição é o mais actual conceito de família pois nas sociedades actuais, poucas são as famílias que vivem segundo o modelo da família extensa, onde várias gerações coabitam no mesmo espaço. Porém nas últimas décadas, nos países ocidentais, ocorreram

“mudanças nos padrões familiares, que seriam inimagináveis para gerações anteriores. A grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distintivo da época actual. As pessoas têm menos probabilidades de se virem a casar do que no passado, e fazem-no numa idade mais tardia. O índice de divórcios subiu significativamente, contribuindo para o crescimento de famílias monoparentais. Constituem-se ‘famílias recompostas’ através de segundos casamentos, ou através de novas relações que envolvem filhos de relações anteriores. As pessoas optam cada vez mais por viverem juntas em coabitação antes do casamento, ou em alternativa ao casamento. Em resumo, o mundo familiar é hoje muito diferente do que o era há cinquenta anos atrás.” (Giddens, 2007: 174)

Sabemos porém que a sociedade portuguesa tem estado sujeita a mudanças desde os tempos do Marquês de Pombal, e que as

“Sucessivas transições têm construído uma sociedade onde, apesar do desenvolvimento da indústria, a vida rural tem predominado nas formas de organização social e nas formas de pensar.” (Iturra, 1990: 9)

Contudo, existe a ideia de que “é por via da escola que se pode sair da vida dura que o trabalho rural implica.” (Iturra, 1990: 91), pois existem uma

“série de contradições entre a vida do campo e a vida do estado letrado, que decorrem do processo de reprodução social. A primeira ideia que é preciso deixar esclarecida, é que a escola é parte do processo reprodutivo que se organiza a partir do valor abstracto das coisas, em que as regras da gramática e o cálculo matemático são dois exercícios básicos para entender a produção de valor e a

acumulação do lucro: sem estes dois elementos a reprodução da história onde domina o pensamento económico não viria a acontecer por lhe faltarem os elementos de opção com que, na prática, a reprodução acontece;” (Iturra, 1990: 91)

O mesmo autor, defende ainda uma frase que deve ser realçada, “Como igualar? Educando.” (Iturra, 1990: 23) pois com as transformações ocorridas nas sociedades actuais, caracterizadas pelo avanço da Ciência e da Tecnologia, o tema do sucesso/insucesso escolar preocupa os pais, que temem pelo futuro dos seus filhos, “a que agora o saber está associado;”. (Iturra, 1990: 103)

5.1. Relação famílias – escolas

Durante muito tempo foi admitida e incontestada a separação entre os domínios e as atribuições da instituição familiar e os da instituição escolar, assistindo-se, sobretudo nos últimos 20 anos, “a uma transformação no sentido do esbatimento das fronteiras e do progressivo alargamento das atribuições da escola.” (Benavente, 1994: 85)

Hoje, à relação família - escola tem sido atribuída uma importância que se relaciona

“tanto com a necessidade de alargamento da participação sentida pelos sistemas sociais, como com as transformações ocorridas no próprio sistema de ensino – o alargamento da escolaridade obrigatória, as reformas nos métodos e conteúdos, as características sociais dos professores. A progressiva institucionalização das relações entre as famílias e a escola”. (Benavente, 1994: 85)

Durante bastante tempo, as famílias populares, foram consideradas como vítimas da escolarização, mas passaram a ser consideradas como “dotadas igualmente de planos de acção para favorecer o êxito escolar e social dos seus filhos” (Benavente, 1994: 85) assim, estudos recentes têm revelado a importância de considerarmos,

“para além da profissão e do grau de instrução dos progenitores, as profissões exercidas pelos colaterais, a inserção da família em redes profissionais, associativas, políticas e religiosas, bem como a memória escolar e a informação

sobre o funcionamento do sistema de ensino e os mecanismos do mercado de trabalho.” (Benavente, 1994: 85)

Como tal, os resultados desses estudos têm indicado que a estabilidade profissional, a presença de um elemento da família que detenha uma posição social mais favorável e a abertura aos grupos exteriores se relacionam com uma maior integração da escola no seu projecto global de mobilidade social. Benavente (1994: 85), citando (Queiroz, 1991; Terrail, 1990).

No domínio do acompanhamento que as famílias fazem ao processo de escolarização dos seus membros, encontramos diversos estudos que centram a análise na relação que os diferentes tipos de famílias estabelecem “com os professores e as expectativas que têm em relação a estes, na (in)comunicação que se estabelece entre as famílias e a escola” (Benavente, 1994: 86).

Assim, são identificados quatro modos diferentes de relacionamento das famílias com a instituição escolar: (Benavente, 1994: 89)

Tabela II - Modos de relacionamento das famílias com a instituição escolar

Delegação assumida	Colaboração potencial	Aliança condicional	Aceitação distanciada
- Revelam uma confiança generalizada na escola e nos seus profissionais, pouco interesse em ter informação detalhada sobre o que acontece na escola dado que têm um conhecimento suficiente do universo escolar para poderem ajudar as crianças a desenvolver estratégias de orientação.	- Manifestam uma atitude muito positiva face às mudanças ocorridas na escola, na medida em que ela permite desabrochar e desenvolver a personalidade da criança. Estão informados do que se passa na escola e estabelecem frequentes contactos com os professores.	- Relação marcada pela ambiguidade, já que estão bem informados do que acontece na escola e participam activamente nas reuniões de pais, mas gostariam de poder influenciar mais o que acontece, sobretudo no domínio da educação moral.	- A escola é encarada como uma instituição exterior que aceitam ser, naturalmente, necessária. Não sentem, contudo, necessidade de estabelecer ligação com os professores, não se dão ao direito de interferir no seu funcionamento e, centrados na escola que conheceram na sua infância, revelam desânimo pelas mudanças que atravessam a escola actual.

Fonte: (Benavente, 1994: 89)

Conclusão

Efectuando uma retrospectiva das principais linhas de pensamento abordadas neste trabalho e com o intuito de responder à questão de partida: “*Quais as razões que levam os Jovens a Abandonar a Escola?*” podemos concluir que essas causas são múltiplas e, segundo os países, as regiões, o grau de ensino, os contextos económicos, sociais e familiares, os estudos são unânimes. “Mas uma dessas causas é muito frequente: os alunos que abandonam têm problemas com a escola e foram já por ela abandonados, em muitos casos.” (Benavente, 1994: 27) Contudo, as mais frequentes situações de abandono escolar estão associadas a fracassos e repetências.

Ainda assim, podemos concluir que existe uma lista de causas de abandono escolar, dividindo-se esta em três pontos específicos: problemas de integração, familiares e de acessibilidade. Quanto aos problemas de *integração*, estes poderão conduzir o aluno a abandonar a escola por razões de falta de interesse, aborrecimento, idade, problemas com professores e colegas, inadaptação à escola, interesse por outras actividades e maus resultados. Em relação aos *problemas familiares*, estes poderão conduzir ao abandono escolar devido a responsabilidades e problemas familiares, ao nível de instrução ser considerado suficiente para a actividade profissional, assim como problemas financeiros e a necessidade de ter que começar a trabalhar. Por fim, quanto aos problemas de acessibilidade, estes prendem-se com os problemas de transporte. Existem ainda razões de ordem física (saúde) e social (gravidez, casamento). Em traços gerais, o abandono, pode ser entendido

“numa perspectiva de *«handicap sócio-cultural»* - falta de condições e de confiança na escola, desinteresse pelo prosseguimento de estudos, necessidade de ajudar ao sustento da família, não existência de sanções para o não cumprimento da escolaridade (J. J. Antunes, 1989) ou numa perspectiva *sócio-institucional* em que a própria escola é interrogada, pois não vale a pena abrir a escola a todos e excluir de facto uma grande parte dos que a frequentam (P. Woodring, 1989).” (Benavente, 1994: 29)

Porém, apesar desta extensa lista de razões que conduzem os jovens a abandonar a escola precocemente, existe como vimos, um perfil que se

associa aos alunos em risco de abandono pois, este normalmente revela “um atraso escolar importante, ausência de ambições escolares, ausência de interesse pela escola, pelas matérias e pelas aulas e ambições quanto ao mundo do trabalho.” (Benavente, 1994: 29) Este é também, regra geral, “mais velho que os colegas do mesmo grau de ensino, não parece ser apoiado pela família, vive num meio familiar intelectualmente desfavorecido e tem, claro, um rendimento escolar insuficiente.” (Benavente, 1994: 29)

Assim, com a resposta à pergunta, após enumeradas as razões e entendido o perfil dos alunos que se encontram em risco de abandonar a escola precocemente, importa agora referir, em jeito de conclusão, quais as causas desse abandono, sendo estas tidas como negativas pois, «*As elevadas taxas de abandono prejudicam a produtividade da nação e representam um trágico desperdício de vidas jovens*» Benavente (1994: 30), citando (A. Halm, 1987).

Foi de extrema importância percorrer todo este caminho de construção deste trabalho de investigação, pois não poderia apenas referir as causas do abandono escolar, sem antes começar por clarificar os conceitos que estão presentes na questão de partida, sendo o de Jovem, o de Educação, e o de Abandono Escolar. Conceitos que foram fundamentais esmiuçar para entender do que se tratava.

Após clarificar os conceitos foi fundamental perceber como se foi construindo o sistema de ensino que temos hoje em Portugal pois, como sabemos, tudo tem uma evolução e, o mesmo se passou com o nosso sistema de ensino. Foram analisadas algumas das reformas por que o ensino português passou, nomeadamente a Reforma de Veiga Simão e o após 25 de Abril de 1974, até aos dias de hoje que contamos com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

De seguida, referiram-se alguns indicadores, nomeadamente as taxas de analfabetismo e de abandono escolar em Portugal, ou seja, quais os valores e qual a evolução que se foi sentindo em Portugal.

No que respeita ao analfabetismo, constatou-se que em 1960, “tendo por base o Censo da população, existiam em Portugal 40% de analfabetos, com uma taxa superior nas mulheres.”²³

²³ 50 Anos de Estatísticas da Educação – Vol. I – INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009

Contudo, actualmente os valores estão muito diferentes, pois a eliminação do analfabetismo “reside no aumento da escolarização das crianças e em políticas activas de alfabetização de outras camadas da população, a par da renovação de gerações”²⁴. Ou seja, têm-se sentido alterações ao nível do analfabetismo e, o nosso sistema de ensino tem mostrado profundas preocupações a este nível, daí a existência de políticas activas de alfabetização.

No que respeita ao abandono escolar, constatou-se que em Portugal existe uma percentagem elevada de jovens de 18-24 anos fora do ensino e com emprego, o que conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um emprego não qualificado. Situação preocupante como verificámos e que necessita ser colmatada, daí o programa PNAPAE (Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar) que mostra preocupações ao nível da prevenção do abandono escolar.

Por fim, após referidas as causas do abandono escolar, bem como o perfil do aluno em risco de abandono e as causas desse abandono, foi então feito um enquadramento das principais mudanças ocorridas na Família, para se perceber como era vista a escola nas sociedades rurais e como se vê hoje nas sociedades urbanas, caracterizadas pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Ainda ao longo de todo o trabalho foi-se fazendo uma abordagem ao trabalho do Assistente Social, pois este tem um papel fundamental no atenuar deste problema social. Sabemos ainda que vivemos numa sociedade capitalista que apresenta profundas desigualdades sociais e onde o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior. Assim, como defende Paulo Netto, há capitalismo, há questão social e, havendo questão social há necessidade de intervenção dos Assistentes Sociais pois as discrepâncias sociais são aterrorizantes. Como tal, uma vez que o nosso sistema educativo apresenta regras demasiadamente padronizadas, tem que o Assistente Social trabalhar as especificidades de cada aluno e tentar assim colmatar este problema do abandono escolar que é muito negativo, não só para o futuro do aluno, como para o futuro do nosso país.

²⁴ 50 Anos de Estatísticas da Educação – Vol. I – INE (Instituto Nacional de Estatística), 2009

Na área da Educação o Serviço Social ocupa as “... equipas interprofissionais de carácter psicopedagógico ... funções ponte entre a criança, a família, a escola e a comunidade...”. (Ander-Egg, 1995: 29) Para além de fortalecerem as equipas de apoio nas escolas também defendem o fortalecimento das relações entre escola, alunos e pais. Algo fundamental e que o Assistente Social deve promover; pois é de louvar a ponte que por vezes se consegue fazer entre a escola e os pais, uma vez que se os pais tiverem envolvidos no processo, tudo se torna mais fácil, pois sabemos de antemão que se os pais não derem força, a desmotivação e a vontade de abandonar a escola, cresce nos alunos.

Por fim, relativamente aos objectivos propostos, de alguma maneira foram todos alcançados, pois as razões que poderão estar na base do abandono escolar por parte dos jovens foram enumeradas e esmiuçadas, ou seja, tentou-se perceber uma por uma, as razões que levam os jovens a abandonar a escola, tendo sido referidas anteriormente que, regra geral são de integração, familiar e de acessibilidade.

Quanto ao tentar perceber se existe alguma relação entre o meio sócio-económico dos indivíduos e o abandono escolar precoce e se os sectores de actividade que predominam numa dada Região, irão influenciar a formação dos jovens, verificou-se que existe relação pois viu-se primeiro que, a participação dos pais é fundamental para um bom aproveitamento dos filhos na escola e também se viu que, Segundo Benavente, (1994: 29) as periferias urbanas e as zonas rurais são as mais atingidas pelo abandono escolar. Filhos de trabalhadores agrícolas, de operários, de artesãos, filhos de emigrantes e pertencentes a minorias étnicas são os que mais frequentemente abandonam a escolaridade obrigatória.

Por último, no que concerne a compreender de que maneira está organizado o Sistema Educativo Português, tentando perceber se existem lacunas que poderão levar os jovens ao abandono escolar, fez-se uma análise e verificou-se que este contempla a democratização e a igualdade no acesso e sucesso do ensino mas, os números do abandono precoce ainda são elevados, havendo a necessidade de colmatar este problema, atendendo às especificidades que cada aluno apresenta.

Bibliografia

- Albarello, Luc, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, 1.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1997.
- Ander-Egg, E., *Diccionario Del Trabajo Social*, 2.^a ed., Buenos Aires, Lumen, 1995.
- Ander-Egg, E., *Introdução ao Trabalho Social*, Tetrópolis, Vozes, 1995.
- Benavente, A., *Renunciar à Escola*, Lisboa, Fim de Século, 1994.
- Caetano, L., *Abandono escolar: repercussões sócio-económicas na Região Centro. Algumas Reflexões*, Finisterra, 2005.
- Carmo, H., *Problemas Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- Castro, B., *O Director de turma e o abandono Escolar*, Lordelo, Biblioteca da Fundação A Lord, 2008.
- Dornelas, A., *Livro Verde sobre as Relações Laborais*, 1.^a ed., Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006.
- Eco, H., *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 7.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- Faleiros, V., *Saber Profissional e Poder Institucional*, 2.^a ed., São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- Giddens, A., *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- Gil, António, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 1.^a ed., Lisboa, Atlas S.A., 1987.
- Iturra, R., *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Lisboa, Escher Publicações, 1990.
- ONU, *Direitos Humanos e Serviço Social*, 1.^a ed., Lisboa, Departamento Editorial do ISSScoop, 1999.
- Pais, J. M., *Ganchos, Tachos e Biscates*, 1.^a ed., Ambar, 2001.

Payne, M., *Teorias do Trabalho Social Moderno*, 3.ª ed., Coimbra, Quarteto Editora, 2002.

Robertis, C. d., *Metodologia de la Intervencion en Trabajo Social*, 2.ª ed., Barcelona, El Ateneo, 1992.

Saraceno, C., *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

Stoer, S., *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

Walz, T.H., Delcourt, J. & outros, *Servicio Social Año 2000*, Buenos Aires, Editorial Humanitas, s.d.

Weisshaupt, J., *As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social*, 1.ª ed., São Paulo, Cortez Editora, 1988.

Web grafia

<http://dn.sapo.pt>

<http://www.gddc.pt>

<http://www.iefp.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.min-edu.pt>

<http://www.navasoportunidades.gov.pt>

<http://www.priberam.pt>

<http://www.suapesquisa.com>

<http://www.tribunalconstitucional.pt>

Documentos Consultados

- Lei de Bases do Sistema Educativo – Versão nova Consolidada – 30/08/2005, FENPROF (Federação Nacional dos Professores);

- Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, Ministério da Educação/ Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho - Março de 2004;

- 50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I – INE (Instituto Nacional de Estatística) - Outubro de 2009;

ⁱ Artigo 73º

(Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respectiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/crp.html#art73><http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/crp.html#art73> acedido em (14/12/2009)

ⁱⁱ ARTIGO 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/cidh-dudh.html>
acedido em (14/12/2009)